

Ata da 7ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf), realizada no período de 28 a 30 de maio de 2025, no Auditório do IPHAN, localizado no Centro Empresarial Brasília 50 - IPEA / IPHAN, no Setor de Edifícios Públicos Sul (SEPS) 702/902, BL C, Torre B - Asa Sul, Brasília – DF. A 7ª Reunião Ordinária do Condraf contou com a presença dos conselheiros e conselheiras da sociedade civil e gestão pública e demais convidados, conforme assinatura em lista de presença, e teve a seguinte pauta: **1.** Abertura da 7ª RO e ato de lançamento da 3ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - 3ª CNDRSS; **2.** Plano Safra da Agricultura Familiar 2024/2025 - Avanço das políticas para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária; **3.** Programa Quintais Produtivos para Mulheres Rurais; **4.** Programa de Produção e Consumo de Alimentos Saudáveis - Pas Nordeste e a Política de Desenvolvimento Territorial do MDA. **5.** Projeto da Terra à Mesa: Formação e estruturação produtiva para a promoção da transição agroecológica visando a produção de alimentos saudáveis pela agricultura familiar e suas organizações; **6.** Informes; **7.** Pauta deliberativa do Condraf. **8.** Apreciação de Moções e Recomendações do Condraf; **9.** Outros Encaminhamentos da Reunião Ordinária. Paulo Cesar Arns conduziu o ato de Abertura da 7ª RO e ato de lançamento da 3ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (3ª CNDRSS), fazendo uma saudação inicial a todos/as presentes no plenário e, em seguida, destacou que este é um momento histórico para as políticas públicas do campo, das águas e das florestas no país. Frisou a importância da realização do Ato de Lançamento da 3ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (3ª CNDRSS), que se constitui em um espaço fundamental de diálogo, participação social e construção de diretrizes estratégicas para o fortalecimento da agricultura familiar, da agroecologia e da sociobiodiversidade. Ressaltou, que o ato de lançamento da 3ª CNDRSS expressa o compromisso coletivo do Estado brasileiro e da sociedade civil com a promoção de um desenvolvimento rural justo, solidário, sustentável e democrático, que respeite e valorize os saberes, as culturas e os territórios do Brasil Rural. Em seguida, procedeu a composição da mesa, passando às falas, iniciando com o senhor, Samuel de Albuquerque Carvalho – Secretário Executivo do Condraf; que iniciou a sua fala destacando a participação das mulheres, representada na pessoa da Secretária Executiva Fernanda Maquiavelli; em seguida, fez uma breve apresentação do processo de construção da 3ª CNDRSS (apresentação disponível no Drive), destacando o histórico das duas últimas conferências, a primeira realizada em 2008 em Olinda - PE, e, a segunda, realizada em 2013, em Brasília - DF, com o lema Brasil Rural: Raiz da Vida, Fonte do Bem Viver; ressaltando que o lema da 3ª CNDRSS destaca o Brasil Rural como origem e sustentação da vida em sua diversidade; em seguida, citou que o objetivo geral da conferência versa sobre a construção de uma Agenda Política Estratégica que responda aos desafios estruturais da transformação agroecológica dos Sistemas Alimentares e o do Brasil Rural; logo em seguida, apresentou os cinco eixos temáticos que tem o papel de organizar o debate e a formulação de propostas dos participantes e delegados/as eleitos/as nas diversas

etapas da conferência; os três eixos transversais - mulheres rurais, juventude rural e povos e comunidades tradicionais; a alteração no cronograma das etapas da conferência, ficando a primeira etapa – de maio até dezembro de 2025; segunda etapa – de maio a setembro; terceira etapa – outubro a dezembro de 2025, a quarta etapa – março de 2026; e, a quinta e última etapa, agenda política; informou, que a etapa digital que está disponível na plataforma do Brasil Participativo para o registro de propostas bem como para votação de propostas. Na sequência, fez uso da palavra, o senhor Oscar Alan Gomes dos Santos – representante da Escola de Formação Quilombo dos Palmares (EQUIP), e da Comissão Organizadora Nacional da 3ª CNDRSS; que iniciou sua fala saudando a todas as pessoas presentes, incluindo os expositores da mesa e chamou atenção para o pouco número de mulheres na mesa, onde a única mulher presente era a senhora Secretária Executiva do MDA, Fernanda Machiavelli. Em seguida, fez uma sucinta retrospectiva dos últimos doze anos, período no qual a participação social e as conferências deixaram de ser prioritárias; salientou, a importância da retomada das conferências como importante ferramenta de fomento da participação social dos povos do campo, das águas e das florestas, para além de cumprir um papel central na formulação de políticas públicas consideradas estratégicas para estas populações. Ressaltou, que o Condraf é, portanto, um espaço central que envolve comprometimento e engajamento de todos os seus membros, possibilitando a construção de políticas públicas desde as instâncias territoriais e municipais. Em seguida fez uso da palavra o senhor Jaime Conrado, representante da Sociedade Civil na Mesa Diretora do Condraf, que cumprimentou os integrantes da mesa e todos os conselheiros/as da sociedade civil e gestores públicos; na sequência, destacou o trabalho que a sociedade civil tem feito no Condraf; ressaltou, que a sociedade civil reconhece que há avanços nas políticas públicas para a agricultura familiar. No que tange o processo de revitalização do MDA, citou o fortalecimento do Plano Safra, que teve recordes de investimento; o aumento de projetos de Reforma Agrária e o fortalecimento da Assistência Técnica e Extensão Rural; contudo, por outro lado, também salienta há um reconhecimento por parte da sociedade civil de que é preciso avançar ainda mais; em seguida, ressaltou, que a elaboração do Plano Safra 2025/2026 tem sido um processo muito interessante, pois é conduzido por quatro órgãos colegiados: Condraf, Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO), CONSEA e Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES); destacou a importância da ampliação do debate sobre o Plano Safra para outros conselhos; por fim, sugeriu que a estratégia de construção do Plano Safra 2025/2026 com os quatro conselhos mencionados fosse replicada para outras políticas públicas. Na sequência, fez uso da palavra a senhora Fernanda Machiavelli – Secretária Executiva do MDA e 1ª Vice-presidente do Condraf, que iniciou sua fala cumprimentando todas as pessoas presentes na mesa e no auditório como um todo. Em seguida, ressaltou a importância da reunião ordinária, saudando a presença dos conselheiros presentes. Citou que há um grande desafio na construção da Conferência, que será realizada no último ano de governo, pelo que considera que, em termos práticos, 2025 já representa o último ano de mandato. Na sequência,

elencou os avanços do Governo Federal no âmbito do reflorestamento, agricultura familiar e combate à fome. Enfatizou a retomada e fortalecimento de programas importantes, como PAA, PNAE, Pronaf para a Agricultura Familiar, políticas para as mulheres da agricultura familiar e linhas de crédito para o desenvolvimento da agroecologia. Prosseguiu mencionando que o Ministério é convocado a pensar no aprofundamento da participação social para o fortalecimento de políticas públicas que cheguem aos territórios. Encerrou sua fala, agradecendo novamente a presença de todos/as, reforçando a importância da participação social na concretização das entregas tão esperadas pelos múltiplos setores da agricultura familiar. Na sequência, fez uso da palavra o senhor Renato Simões – Secretário Nacional de Participação Social na Secretaria Geral da Presidência da República, que iniciou sua fala, fazendo uma saudação inicial aos participantes da 7ª Reunião Ordinária do Condraf; em seguida, ressaltou que houve uma fase de reconstrução da participação social, mas que no momento, estamos em uma fase de fortalecimento da participação social; que, estamos em uma conjuntura política marcada pela polarização e avanço de ideologias reacionárias, que é preciso que os espaços e mecanismos de participação social estejam enraizados nos territórios. Citou, que o Ministro Márcio Macedo editou um conjunto de portarias estruturando o sistema de participação social nos Estados, criando os Fóruns Interconselhos; mencionou, que com base na política de participação social será lançando um edital para 100 territórios, sendo 80 territórios no Nordeste, através do PAS Nordeste, que irá integrar ATER, Plano Safra, política de economia solidária, e demais políticas públicas; por fim, destacou que a 3ª CNDRSS é um processo aglutinador, e que a Plataforma Brasil Participativo centraliza as propostas da Conferência. Finalizando a mesa de abertura, fez uso da palavra, o Ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar e presidente do Condraf, Paulo Teixeira, que iniciou sua fala cumprimentando a todas as pessoas presentes na 7ª Reunião Ordinária do Condraf e a todas as pessoas presentes na mesa. Na sequência, realizou um balanço dos desafios que o MDA enfrenta; relembrou, que o MDA foi extinto entre os anos de 2016 e 2022, o que significou que por este período não houve executores de políticas públicas e tampouco servidores designados para a formulação e execução de políticas públicas para a agricultura familiar. Ressaltou que, diante de tal contexto foi necessário reconstruir uma institucionalidade nova, haja visto que há cinco instituições vinculadas ao MDA (INCRA, CONAB, ANATER, CEAGESP - Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo; e CEASAMINAS - Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A, e, que foi preciso reconstruir o conjunto dessas instituições. Citou como exemplo o INCRA, que é a instituição responsável pela execução de políticas públicas que reflete o centro do conflito de classes no Brasil. O Ministro salientou ainda, que o Pronaf foi expandido, tanto em termos de linhas de crédito como do ponto de vista do limite de financiamento para o microcrédito; citou, o exemplo a criação do Desenrola Rural para a regularização de dívidas dos agricultores inadimplentes. Em seguida, mencionou a publicação do edital do programa “Da Terra à Mesa”, voltado para os produtores rurais da agricultura familiar com menor faixa de renda e com dificuldades de acesso

ao mercado bancário. Sobre os programas de compras públicas, especificamente o PAA, citou que o programa foi desenhado com uma estrutura baseada para atender os segmentos de Povos e Comunidades Tradicionais, Mulheres, Reforma Agrária. Ressaltou, que junto ao Ministério da Saúde, foi lançado um programa para a produção de fitoterápicos. Sobre a Reforma Agrária, o Ministro reforçou que a pauta e os movimentos sociais do campo foram criminalizados; citou, a retomada da política de Reforma Agrária do INCRA, com a volta da Ouvidoria Agrária e da Câmara de Conciliação, que permitiram redução considerável nas mortes no campo oriundas de conflitos agrários. Rembrou ainda, que o MDA tem como meta o assentamento de 30 mil famílias e celebra o lançamento dos programas Dom Hélder Câmara, destinado ao Semiárido Nordeste, e o Florestas Produtivas, destinado a Região Norte do país. Em seguida, ressaltou a importância da volta dos espaços de participação social, contudo, chamou atenção para os desafios da conjuntura política atual. Mencionou, que metade do orçamento destinado ao investimento público está na mão do legislativo, o que obstrui o avanço e expansão das políticas públicas para o desenvolvimento agrário e agricultura familiar. Ressaltou, que o diálogo e participação social seriam fundamentais para o alocamento de recursos orçamentários, pois as políticas públicas, além de serem volumosas, precisam ter repercussão e devem ser devidamente monitoradas e regulamentadas. Prosseguiu enfatizando que o MDA deve levar para a agricultura familiar a mais moderna tecnologia, pois é o que permitirá que a juventude rural permaneça no campo brasileiro. Sobre a 3ª CNDRSS, o Ministro mencionou que, espera que a mesa represente um lugar de escuta, onde seja possível acolher as demandas dos assentados da Reforma Agrária, ribeirinhos, quilombolas, indígenas, mulheres e juventude rural; que a conferência seja uma força motriz para a inclusão do rural como um todo na elaboração do PAC; e, que a conferência precisa contribuir para a consolidação de políticas que impossibilitem a volta do fascismo e retrocessos contra a agricultura familiar. Encerrou sua fala desejando que a conferência permita a capilarização dos debates e políticas da agricultura familiar nos níveis nacional, estadual e municipal. Finalizado o ato de lançamento da 3ª CNDRSS e mesa de abertura, procedeu-se ao item **2. Plano Safra da Agricultura Familiar 2024/2025 -Avanço das políticas para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária**. Para composição da segunda mesa, foram convidados/as: Fernanda Machiaveli – Secretária Executiva do MDA e 1ª Vice-presidente do Condraf; Silvio Porto – Diretor da Conab; Loroana Santana – Diretora Técnica da Anater; Mossóro; e, para moderação do debate, foram convidados dois representantes das organizações da sociedade civil do Condraf: Clérison da Rede Ater Nordeste; Maria de Lurdes da Rede Cerrado. Em seguida, Paulo Cesar Arns, explicou a metodologia que será utilizada para condução da respectiva mesa, sendo que, será realizado primeiramente inscrições para que os conselheiros/as se manifestassem sobre o ponto de pauta, em seguida, será concedida a fala para cada representante da mesa fazerem suas considerações e/ou apresentarem respostas aos questionamentos realizados. Na sequência, os conselheiros/as apresentaram os seguintes questionamentos/perguntas para os integrantes da mesa: o Ministro

apresentou o balanço do Pronaf, contudo, no Estado do Piauí, os agricultores familiares não estão conseguindo acessar as linhas de crédito, devido a atualização de suas áreas como florestas públicas; o que fazer diante dessa situação de atualização do cadastro que tem dificultado o acesso dos agricultores familiares as linhas de crédito? Será que o MDA poderia criar uma prateleira virtual para o Pronaf? E assim aumentar a oferta de crédito em um local único. Onde está o documento base da conferência? Por que o documento da conferência não foi disponibilizado? Os Estado e os municípios não estão assumindo as conferências; tem que haver uma ação do MDA para que os Estados e municípios participem da construção das conferências. O Ministro só vem nas reuniões para fazer falas, e não fica para escutar o que os conselheiros têm a falar, o que é muito ruim; é preciso lembrar a importância da juventude, e é preciso ter ações direcionadas para os jovens nos territórios. Que ações serão criadas para os territórios a partir da aprovação do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural? O Ministro fez uma referência sobre o SUATER, seria importante o Conselho ter conhecimento sobre a tramitação da minuta do SUATER no Congresso, considerando que a ATER é fundamental para viabilizar as demais políticas públicas, principalmente a de crédito. O Plano Safra é uma política de Estado, e tem dotação orçamentária, diferente do PAA, que é uma política de governo, e não tem dotação orçamentária, o que resulta em demanda represada; como fazer com que as políticas públicas se tornem políticas de Estado? A cada ano que é lançado o Plano Safra o crédito individual sobressai o crédito coletivo, como fazer com que as propostas coletivas se tornem realidade? Na sequência, procedeu-se as falas e considerações/respostas e esclarecimentos dos integrantes da mesa, iniciando pela representante da sociedade civil, Maria de Lurdes da Rede Cerrado, que iniciou sua fala saudando a todos os presentes; em seguida, manifestou solidariedade à Ministra do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas, Marina Silva, que foi desrespeitada no dia 27 de maio de 2025 no Senado Federal; lamentou a postura esdrúxula dos parlamentares que trataram a Ministra com hostilidade; em seguida, salientou a importância de se destacar o acontecido com a Ministra Marina Silva na Reunião Ordinária do Condraf, pois, se uma Ministra de Estado passa por tal humilhação, quem dirá as mulheres, simples representantes da sociedade civil. Dito isto, a senhora Maria de Lurdes enunciou as barreiras e limites da participação social dentro dos moldes atuais; na sequência, manifestou o seu descontentamento com o atraso e saída precoce do Ministro da Reunião Ordinária do Condraf, o considerando como desrespeitosa a não permanência do Ministro na reunião para ouvir as demandas da sociedade civil. Com relação à governança fundiária e às mudanças climáticas, fez uma análise crítica do modelo de produção agroexportador que devasta a natureza e esgota os recursos hídricos; encerrou sua fala, chamando atenção para os desafios políticos e eleitorais que os movimentos sociais enfrentarão em 2026. Na sequência, fez uso da palavra, o senhor Clérison da Rede Ater Nordeste; que inicia o seu discurso com uma saudação ao público presente. Na sequência, informou que o documento orientador das conferências não está pronto, o que demandaria o estabelecimento de uma data limite para a sua elaboração e publicação

no site do Condraf. Chamou a atenção para o fato de que o Plano Safra não contempla as famílias vítimas da fome, público este que foi considerado prioritário na ata de posse do presidente Luís Inácio Lula da Silva. Passa assim, a enumerar inúmeros planos (abastecimento, agroecologia, produção orgânica, etc.) que poderiam ser potencializados e ter a sua interconectividade aprofundada; alerta aos presentes que é urgente expandir os Quintais Produtivos (promessa publicizada na Marcha das Margaridas no terceiro mês do governo atual). Finaliza a sua fala criticando a lógica operacional do crédito agrícola ofertado pelo Pronaf, que considera ser mais uma forma de remuneração do mercado financeiro, um setor econômico que tende a excluir a agricultura familiar do mercado de crédito. Embora considere uma importante política para o acesso ao crédito por parte da agricultura familiar, considera que não há ganhos políticos para o governo, pois uma importante parcela dos beneficiários considera o Pronaf uma benesse das instituições financeiras, não uma política pública executada pelo governo federal. Em seguida, Josenildo da Anater, salientou que sua fala será focada na Anater e na assistência técnica. Dito isto, endossou a posição do Ministro Paulo Teixeira de que não é possível expandir o SUATER sem dotação orçamentária, ainda que esteja em curso um processo de recomposição orçamentária desde o início do governo. Segundo ele, houve um processo de reestruturação da Anater que implicou, além de recomposição orçamentária, a formação de um novo corpo técnico de funcionários. Visando ilustrar o processo de reconstrução da Anater, relata que no estado de São Paulo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) pôde praticamente universalizar o acesso à assistência técnica em assentamentos da Reforma Agrária. Finaliza sua fala compartilhando informações sobre chamadas públicas voltadas para a região Sul e Sudeste. Na sequência, fez uso da palavra, o senhor Silvio Isoppo Porto – Diretor de Política Agrícola e Informações da Conab, destacou em sua fala, que tirando a política de Saúde, as demais políticas são todas políticas de governo; o ponto que chama atenção, é, como conseguir enraizar as políticas no âmbito da sociedade? O importante é ter a política implementada e a base que a acesa essa política fortalecida; a questão da democracia é que está em cheque no Mundo; o governo tem um constrangimento, é fato, pois embora tenha avanços das políticas públicas, ainda não é o suficiente; efetivamente o PAA representa uma mudança expressiva, pois leva uma perspectiva de transferência de renda a partir; tem uma perspectiva de 900 milhões para a Conab executar o PAA, mas ainda não está garantido esse recurso; o debate que tem historicamente no PAA desde sua origem, é sobre o orçamento, que tem sido colocado mais recursos para Estados e Municípios do para a Conab; será ampliado a participação das mulheres para 90%; da Reforma Agrária para 26%; e os quilombolas avançaram significativamente no acesso ao PAA; é preciso retirar algumas certidões negativas que são exigidas de associações e cooperativas; e finalizou sua falando, afirmando que para PCT tem que ter um outro formato para o PAA; Fernanda Machiaveli – Secretária Executiva do MDA e 1ª Vice-presidente do Condraf, iniciou sua fala, afirmando a importância de se fortalecer as associações e cooperativas; que é preciso garantir uma coalização de forças para governos nos

quais a agricultura familiar é prioritária, será um retrocesso; que, a partir do COOPERA Mais Brasil, será lançado editais visando a constituição de Bases de Serviços e consequentemente possibilitem o acesso das cooperativas ao Pronaf; que as finanças solidárias é estratégicas para o fortalecimento das cooperativas; será dado um foco maior para as cooperativas no Plano Safra 2025/2006; sobre a educação do campo, é preciso fazer um diálogo no Condraf sobre o novo PRONACAMPO, antes que seja colocado para execução; as escolas famílias agrícolas tem sido fortalecidas a partir do ProFlorest, em que os jovens estudantes estão atuando nas ações do ProFlorest nos assentamentos; sobre o Documento de Referência da 3ª CNDRSS, esclareceu que foi preciso fazer adequação, e logo será disponibilizado para ser validado; será feito alguns aperfeiçoamentos no Documento de Referência e será disponibilizado para todos/as. Sobre a ATER, esclareceu que o PL do SUATER está em construção, citando, que até ontem não estava maduro o suficiente, e que será preciso acumular forças, para pensar a redistribuição dos recursos; destacou ainda, que é grande desafio universalizar o serviço de ATER; mencionou, que os quintais produtivos vão entrar na estratégia do Plano Safra, no Pronaf B; que, não tem nenhuma limitação para se pegar o Pronaf B e fazer agroecologia; que, não tem sentido ser obrigado ter ATER somente no projeto de agroecologia e nos outros não; finalizou dizendo que o Plano Safra não resolve todos os problemas, e, que tem um objetivo econômico de dar os meios para as famílias conseguirem renda. No segundo dia de reunião do conselho, 29 de maio de 2025, o Secretário Executivo do Condraf, Samuel Carvalho, fez uma saudação inicial aos participantes, em seguida, procedeu-se a composição da mesa sobre o tema: 3. Programa Quintais Produtivos para Mulheres Rurais, convidando para se fazer presente: Viviana Mesquita - Subsecretária de Mulheres Rurais do MDA; Lilian Rahal - Secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS; e duas representantes da sociedade civil, Elizete Maria da Silva – Movimento da Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE); e, Shirley Ferreira – representante da sociedade civil do Condraf e membra do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Na sequência, convidou para fazer a moderação da respectiva mesa, o conselheiro da sociedade civil, Jaime Conrado, da Cáritas Brasileira, que após saudação inicial a todos/as participantes, convidou para fazer uso da palavra a Subsecretária de Mulheres Rurais do MDA, Viviana Mesquita, que iniciou agradecendo o convite e cumprimentou todas as pessoas presentes no auditório. Em seguida, lembrou que o Programa de Quintais Produtivos foi resultado da participação ativa da sociedade civil, culminando no seu lançamento na Marcha das Margaridas de 2023. Mencionou, que a demanda por um programa dessa natureza reflete desigualdades estruturais no campo, dado que as mulheres camponesas são muitas vezes excluídas dos espaços de decisão e do acesso a políticas públicas para a agricultura familiar. Reforçou que as mulheres rurais são duplamente invisibilizadas por não terem o seu trabalho doméstico nem o trabalho produtivo reconhecidos, o que reflete na exclusão do acesso ao crédito e a sua exclusão nos espaços de participação social. Sendo assim, reforçou, que os Quintas Produtivos representam

uma valorização da produção das mulheres rurais, consolidando-se como uma importante ferramenta para a mitigação de desigualdades, pois o programa possibilita a geração de renda, a autonomia econômica, o aumento da participação política de mulheres, além de possibilitar momentos de contato com a terra e de cuidado da saúde mental das mulheres rurais. Na sequência, apresentou o slide sobre os quintais produtivos (disponível no Drive), destacando os seguintes dados: 29 instrumentos de viabilização de transferências voluntárias; 7.210 mulheres diretamente beneficiadas; R\$ 68 milhões investidos; número de quintais produtivos apoiados em cada UF; culturas beneficiadas no âmbito do programa; lista dos grupos produtivos beneficiados e as parcerias interministeriais que viabilizam a operacionalização do programa. Na sequência, mencionou o pouco tempo de execução desta política pública, mas já se observa a necessidade de sua expansão e consolidação institucional e orçamentária. Na sequência, o moderador da mesa, convidou para fazer uso da palavra, a senhora Lilian Rahal - Secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS; iniciou sua fala agradecendo o convite do Condraf e a Subsecretária de Mulheres Rurais do MDA, Viviana Mesquita; em seguida, destacou que o principal da burocracia do governo é entender que as ações nem sempre acontecem como foram pensadas; em seguida, citou que o MDS programou o aporte de recursos do Programa de Cisternas e do Fomento Rural para os Quintais Produtivos. Logo em seguida, procedeu a apresentação dos principais resultados dos Quintais Produtivos (apresentação disponível no Drive), destacando o investimento de 15 mil tecnologias sociais de água para produção mais fomento do Programa Cisternas; e atendimento de 40 mil mulheres no Programa Fomento Rural, desde 2023; em seguida, ressaltou os projetos implementados, que estão organizados em três modelos, na sequência apresentou uma tabela com os resultados alcançados em todos os Estados; encerrou a apresentação, citando os principais desafios: discussão dos modelos dos quintais produtivos; qualificação da Ater para quintais – entidades e Emater's - mulheres e agroecologia; articulação com o Pronaf; e Demanda de orçamento disponível. Em seguida, o moderador da mesa, convidou para fazer uso da fala, a senhora Elizete Maria da Silva – representante da sociedade civil do Condraf e membra do Movimento da Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE), que iniciou sua fala endossando a posição da Subsecretária Viviane Mesquita sobre a notável desigualdade de gênero no campo brasileiro. Em seguida, elencou virtudes e a resiliências das mulheres rurais, que enfrentam uma brutal escassez em termos econômicos e uma total invisibilização do poder público. Nesse sentido, prosseguiu afirmando, que os quintais produtivos representam uma política muito importante para as mulheres agricultoras, mas os recursos destinados para cada família se mostram insuficientes. Mencionou, que como forma de contornar os desafios orçamentários, muitos movimentos passaram a estabelecer parcerias com outros movimentos e/ou instituições públicas municipais para a viabilização dos projetos. Por outro lado, há alguns desafios incontornáveis como as fortes chuvas e o leque pouco diversificado de fornecedores de insumos para a estruturação dos quintais produtivos. Por fim, encerrou sua fala, destacando a importância da elevação

do Programa de Quintais Produtivos ao status de Política Pública. Na sequência, o moderador da Mesa, convidou para fazer uso da palavra, a senhora Shirley Ferreira – representante da sociedade civil do Condraf e membra do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), que iniciou sua fala cumprimentando os/as integrantes da mesa, em seguida, reconheceu o programa quintais produtivos como uma inovação do governo Lula 3, mas que é uma prática milenar das mulheres; e que os quintais é uma forma das mulheres produzirem ciência com as próprias mãos; citou, que desde 2004 as mulheres estão elaborando propostas para os quintais produtivos, que se tornou política no atual governo; citou, que as mulheres precisam de apoio, para fazer o trabalho que as mulheres já fazem; que, para as mulheres os quintais se constituem em um espaço da diversidade, da agroecologia; chamou atenção para o formato de como os editais são elaborados, que são padronizados para todo o país, sem levar em consideração a realidade das mulheres; mencionou, que é preciso garantir a diversidade dos quintais produtivos sem engessar as propostas que são apoiadas nos editais de quintais produtivos; elencou alguns desafios, dentre os quais, o desafio da comunicação do próprio governo, como avançar para que os quintais se tornem de fato uma política pública; pensar geração de renda, autonomia economia; que, é preciso pensar em como potencializar os canais de comercialização para além das compras institucionais; é preciso garantir Ater feministas que considere de fato as necessidades das mulheres, que não tenha só foco na produção; questionou a Subsecretária de Mulheres Rurais do MDA sobre quando será contratado as propostas do edital de 2024 que não foram contratadas no respectivo ano e foram programadas para 2025? Em seguida, ressaltou que é importante unificar a proposta dos quintais produtivos, para não ter divergências inclusive de valores dos projetos apoiados pelos dois Ministérios (MDS e MDA). Após encerrada as falas das integrantes da mesa, o moderador da mesa, procedeu as inscrições dos participantes para trazerem contribuições para o debate, sendo apresentados os seguintes questionamentos, perguntas e sugestões: é preciso que não haja a obrigatoriedade de apresentação de três orçamentos para a realização de aquisições no âmbito dos projetos do Programa de Quintais Produtivos; foi proposta a elaboração de uma lei que regulamente os quintais produtivos para avançar na política de quintais no Brasil; o quintal não é só um lugar material, é um lugar de festa, de alegria, de tristeza, de relação de vizinhança, e, que muitas vezes minimiza a violência; é um lugar muito rico, e muitas mulheres já superaram a depressão; é preciso ter tempo e recursos disponíveis, e lote maiores, para contemplar mais mulheres e expandir os quintais; mulher, água e produção de alimento é uma relação muito forte; é preciso trabalhar com uma abordagem feminista, e garantir encontros para as mulheres, e fazer uso da Caderneta Agroecológica; como fica as mulheres do Bem Viver Semiárido sem o Fomento? Desde 2012 os quintais já são trabalhados pelas mulheres, o que tem fortalecido as próprias mulheres; é preciso rever o instrumento (editais) para os quintais produtivos, que não está adequado a realidade das mulheres; o quintal sem água não é viável, é preciso ter conexão entre os programas; o número de 7 mil quintais produtivos apresentados pelo MDA é muito pouco, tendo em vista as

demandas apresentadas; os quintais produtivos muda a vida das mulheres no campo, e ajuda a ser um ponto de resistência no campo; é preciso construir uma dinâmica formativa para as mulheres, pois os quintais é um processo de articulação para além da produção de alimentos; o formato de execução dos quintais possibilita a construção de redes de entidades; a limitação de recursos deixa lacunas que impossibilita o acompanhamento e também os processos formativos; há um excesso de burocracia que não influencia na vida das mulheres, o que demanda diálogos com os órgãos de controle; é preciso adequar os editais dos quintais com a Ater, que deveria estar inserida dentro da proposta dos quintais; A Secretária de Mulheres da Unicafe, convidou todos/as interessados para fazerem parte do Núcleo de Pesquisas dos Quintais Produtivos; como instrumentalizar a política dos quintais produtivos, que não deve ser pontual, mas contínua? Necessariamente quem está fazendo a Ater não é quem está executando os quintais, sendo necessário alinhar a execução dos quintais com a Ater; é um grande desafio a sistematização das experiências dos quintais produtivos em todas as regiões do país; é um desafio para as Emater's garantir uma Ater mais feminista; tem que repensar os editais para os quintais produtivos, e, que seja garantido nos projetos, processos formativos para as mulheres nos territórios; os quintais produtivos é uma ação que deveria ser melhor articulado nos Estados, nos territórios e municípios. Finalizado as contribuições dos participantes do plenário, o moderador da mesa, repassou a fala para as integrantes da mesa fazerem suas considerações finais sobre os questionamentos e perguntas apresentados, sendo que a primeira a fazer uso da fala foi a Secretária Lilia Rahal do MDS, que agradeceu as intervenções e ao mesmo tempo reconheceu que as mesmas são direcionadas especialmente para a Subsecretaria de Mulheres do MDA. Sublinhou novamente a parceria entre o MDA e o MDS, mas mencionou que houve uma dissociação entre os órgãos na execução do Programa de Quintais Produtivos. No caso do MDS, citou que já existia um trabalho prévio no tocante a construção de cisternas na região do semiárido nordestino que se estende a região Norte. Tal programa de cisternas ilustra a centralidade deste tipo de fomento na vida de mulheres, o que justifica o esforço para o aprofundamento da interligação entre os programas. No caso do Programa Fomento Rural, os montantes necessários são volumosos ao mesmo tempo que há uma demanda que ultrapassa a capacidade técnico-operacional e orçamentária do MDS. Por outro lado, ressaltou que transferir recursos de ATER para o Fomento Rural significaria uma diminuição do número de famílias atendidas. Terminou sua fala, mencionando que, com relação ao Programa Quintais Produtivos, o MDA publicou um edital cuja fundamentação legal consiste no Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), pois o nível de renda de muitas das famílias potencialmente beneficiadas seria superior ao de famílias beneficiárias do Bolsa Família. Na sequência, o moderador da mesa, convidou para fazer uso da palavra, a Subsecretária de Mulheres do MDA Viviana Mesquita, que dá seguimento a sequência de respostas aos comentários e questionamentos do público. O primeiro ponto abordado pela senhora Subsecretária refere-se a burocracia associada ao edital de inscrição do Programa de Quintais Produtivos, reconhecendo

que a vasta diversidade socioambiental do Brasil torna inviável o estabelecimento de critérios de seleção único no âmbito do programa. Segue sua fala discorrendo sobre o MROSC, que ampara legalmente a publicação do edital e a execução dos projetos, mas, por outro lado, também cria barreiras burocráticas às entidades convenientes, que muitas vezes têm dificuldades para obter três orçamentos para a aquisição de bens/contratação de serviços. Ainda sobre a contratação de entidades da sociedade civil para a execução dos projetos, a Subsecretaria de Mulheres esclareceu, que está em processo de contratação de 11 organizações por meio da plataforma Transferegov. Sobre o acompanhamento, e da política dos quintais produtivos, reconhece a importância da Subsecretaria fortalecer iniciativas deste âmbito. No que diz respeito à ATER, partilhou a informação de que o Ministro Paulo Teixeira considera um tema prioritário e apresenta desafios concretos implicados na realização de visitas técnicas, dentre os quais, que não é possível estabelecer uma metodologia única para todas as realidades rurais do Brasil. Na sequência, foi concedido a fala para a Elizete Maria da Silva, do MMTR-NE, que iniciou sua fala se manifestando manifesta contrária a editais direcionados as famílias, pois defende que esse tipo de formulação favoreceria os homens, visto que estes são majoritariamente os líderes de famílias. Prossegue alertando sobre a necessidade dos movimentos sociais, e, do governo seguirem pressionando pela ampliação de direitos, pois essa seria a única maneira de reduzir a brutal desigualdade de renda e riqueza do Brasil. E para finalizar, o moderador convidou para fazer uso da palavra a senhora Shirley Ferreira, do MMC, que destacou a importância de se encaminhar as colocações feitas neste espaço para a posterior concretização de políticas públicas que efetivamente cheguem no público-alvo. Ressaltou, que a Conferência Setorial de Mulheres é fundamental para o aprofundamento de debates sobre as principais políticas direcionadas para as mulheres do campo. Além disso, salientou que seria importante uma maior escuta ativa dos movimentos sociais no que toca a elaboração do orçamento público. Finalizou sua intervenção lendo a Carta de Solidariedade (disponível no Drive) a Ministra de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas, Marina Silva, que foi alvo de violência misógina em audiência no Senado Federal no dia 27 de maio de 2025. No período da tarde, a reunião teve início com o seguinte ponto de pauta: **4. Programa de Produção e Consumo de Alimentos Saudáveis - PAS Nordeste e a política de Desenvolvimento Territorial do MDA.** O Secretário Executivo do Condraf, passou a composição da mesa, convidando o senhor Humberto Oliveira – do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA; Alexandre Lima, representante do Consórcio do Nordeste (que estava no formato virtual); Renato Simões - Secretário de Participação Social da Secretaria Geral da Presidência da República (SG/PR); Moises Savian - Secretário de Governança Fundiária e Desenvolvimento Territorial e Socioambiental (SFDT); e dois representantes das organizações da sociedade civil do Condraf: Ubiramar Bispo de Souza (Mazinho) da Rede Nacional de Colegiados Territoriais (RNCT), e Maria da Glória Batista de Araújo, da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA). Na sequência, convidou para moderar a mesa, o senhor Helson da Silva Alves, da Pastoral da

Juventude Rural (PJR), que procedeu a condução dos trabalhos, passando em seguida a palavra para o representante do Consórcio Nordeste, Alexandre Lima, que enfatizou o contexto de surgimento do PAS (Programa de Produção e Consumo de Alimentos Saudáveis) no Consórcio Nordeste, que tem como presidente Rafael Fonteles do Estado do Piauí, e, conta com uma câmara técnica de agricultura familiar, a primeira a ser criada pelo consórcio. Ressaltou, que em 2021 foi criado o PAS pelo Consórcio Nordeste, e em 2023, foi construído um PAS a partir de elementos mais práticos, com caráter mais operativo, passando a ter a seguinte definição: Programa de Produção e Consumo de Alimentos Saudáveis; mencionou, que a agroecologia é central dentro para a produção de alimentos saudáveis e, que também foi incorporado os territórios; ressaltou que a política territorial nunca deixou de existir, seguiu viva no Nordeste, citando como exemplo o Estado da Bahia. Nesse contexto o PAS se propõe a fortalecer a dinâmica da política nos territórios da Cidadania. Citou, que o PAS foi lançado no final de 2024 na feira da agricultura familiar na Bahia, sendo o primeiro Estado a lançar o PAS, em seguida o Rio Grande do Norte. Informou, que o PAS conta com parceria de 5 ministérios (MDA, SG/PR, MDS, MTE, MIDR); que o Nordeste tem 120 territórios, e a expectativa é alcançar 50% dos territórios. Finalizou, citando que o PAS se propõe a inverter a construção do Plano Safra, onde os territórios serão responsáveis pela construção do Plano Safra Territorial; ainda, citou a importância de se fortalecer a rede de colegiados territoriais. Na sequência, o moderador da mesa passou a fala para o senhor Humberto Oliveira – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA, que realizou uma apresentação de Powerpoint sobre a temática da mesa. O primeiro ponto de sua exposição consiste na resposta à pergunta “O que é o PAS Nordeste?” A partir do desenvolvimento da resposta, reforça que o programa é resultado de uma formulação estratégica do Consórcio Nordeste em parceria com cinco ministérios - SGPR, MDA, MDS, MTE e MIDR. Em sequência, disserta sobre as Ações Integradoras Básicas (aquelas realizadas em todos os territórios abrangidos) e as Ações Integradoras Especiais (ações que desenvolvem em alguns territórios com demandas específicas) promovidas no âmbito do programa. Neste sentido, expõem os principais projetos indutores e segue a sua explanação tratando do modelo de gestão do PAS Nordeste. Sobre o tema, inclusive menciona que será realizado um convite para que o Condraf faça parte do núcleo de participação social da gestão do PAS Nordeste. Em sequência, exhibe as metas quantitativas para os anos de 2024 e 2026; gráficos dos custos operacionais; uma captura de tela da publicação do Instagram do MDA, onde se vê o senhor Ministro Paulo Teixeira assinando o Acordo de Cooperação Técnica que viabiliza a execução do projeto. Em seguida, fez uso da palavra, o senhor Moisés Savian - Secretário de Governança Fundiária e Desenvolvimento Territorial e Socioambiental (SFDT), que justificou a opção por apresentar o Projeto Dom Hélder Câmara - PDHC III, (apresentação disponível no Drive), considerando que o PAS Nordeste já foi apresentado pelo representante do IICA e do Consorcio Nordeste. Apresentou os dados sobre a execução do PDHC nos territórios, destacando as seguintes ações: 1. Desenvolver e Implementar Metodologia Ativa e Participativa; 2. Elaborar e

Implementar Estratégia de Mobilização e Comunicação; 3. Fomento para produção sustentável, fortalecimento de capacidades, disseminação de inovações e acesso a mercados; 4. Ofertar Processos Formativos e de Construção do Conhecimento em ATER Agroecológica; 5. Monitorar e Avaliar o PDHC; e 6. Gestão Administrativa e Financeira do Projeto; por fim, mencionou as entregas que estão previstas no PDHC III para os territórios. Na sequência, o moderador da mesa passou a fala para o senhor Renato Simões - Secretário de Participação Social da Secretaria Geral da Presidência da República (SG/PR). Ao iniciar a sua fala, imediatamente enfatiza que o PAS Nordeste é um projeto estratégico para o governo, pois contribui para a superação de três contradições presentes na execução das políticas públicas. O primeiro problema é que muitas vezes a política pública não chega aos territórios; o segundo é que muitas vezes a política pública chega aos territórios, mas sem interconexão ou devida articulação com outras políticas; e o terceiro problema é que em muitos casos, dado o sequestro do orçamento público pelo poder legislativo, a política pública executada no território não se associa ao governo federal, pois sua operacionalização se dá por meio de emendas parlamentares. Além disso, em sua perspectiva, a participação social na formulação de políticas públicas não necessariamente culmina com a sua consolidação nos territórios. Para o senhor secretário, é fundamental que a participação social eleve os beneficiários de políticas públicas a condição de agentes políticos ativos, não simplesmente receptores passivos de políticas elaboradas por gestores que não se encontram nos territórios. Também destaca a importância de políticas públicas modificarem não somente as condições materiais de vida, mas também contribuírem para a politização e disputa ideológica na sociedade. Nesse sentido, sustenta que o PAS Nordeste é um programa capaz de produzir mobilização territorial, participação social e conscientização política, além de ter alto potencial de replicabilidade em outros estados e regiões do país. Por fim, espera que o saldo do programa seja um salto qualitativo no nível de organização das instâncias territoriais da sociedade civil. Na sequência, o moderador da mesa, convidou para fazer uso da palavra, o senhor, Ubiramar Bispo de Souza (Mazinho), da Rede Nacional de Colegiados Territoriais (RNCT), que iniciou sua fala fazendo uma saudação para a vice-presidente do Condraf, Claudia Cascais que está participando da reunião no formato virtual; em seguida, mencionou que com a proposta de aprovação de 12 territórios previsto para o dia 30 de maio de 2025, se chegará ao total de 166 territórios homologados; em seguida, fez referência ao trabalho da Rede de Colegiados Territoriais, inclusive a contrição para a criação de um programa de produção de alimentos saudáveis; citou, que a criação do PAS Nordeste também representa uma conquista para a Rede de Colegiados; ressaltou, que o orçamento do país, precisa ser participativo, e para ser participativo, precisa ser trabalhado nos territórios e municípios; ainda, que é preciso avançar na questão do orçamento participativo; ponderou, que boa parte dos recursos dos Estados e Municípios não são executados, ou seja, não estão chegando na ponta; finalizou, reforçando a importância da territorialização de 100% do Nordeste, o que chamou de Nordeste Territorializado. Encerrando o primeiro momento da mesa, o moderador convidou para fazer uso da

palavra, a senhora Maria da Glória Batista de Araújo, da Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA) inicia a sua fala reforçando a importância da produção de alimentos saudáveis, especialmente no semiárido brasileiro (o que inclui o Nordeste brasileiro e algumas regiões de Minas Gerais). O fomento à produção de alimentos saudáveis não significa somente o fortalecimento da agricultura familiar, mas também a preservação da biodiversidade e dos solos. Na sua visão, isso significa a manutenção de um modo de produção que já existe no semiárido, isto é, uma cultura agrícola baseada na diversidade, contraposta à monocultura, livre de agrotóxicos e sem sementes transgênicas. Em contraposição ao modelo da monocultura, seria importante fortalecer modelos de agricultura que preservem os modos de vida ancestrais de Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs). A senhora Maria da Glória segue a sua exposição tratando da urgência de se consolidar uma real unidade campo-cidade baseada na solidariedade, que se manifestaria concretamente por meio de doações e dos comércios locais. Prossegue tratando da importância de interconexão entre políticas públicas, de modo a evitar a execução de políticas públicas difusas e de pouco impacto. Prossegue tratando da centralidade do território na formulação e avaliação de políticas públicas, pois é nos territórios onde se encontram as populações que de fato produzem alimentos. Se não houver uma boa interlocução entre a sociedade civil e o governo, é improvável que políticas públicas se consolidem e prosperem, independentemente da dotação orçamentária que lhe sejam atribuídas. Sobre a agrobiodiversidade, reforça que é importante rever a atual legislação ambiental que não tem em conta a multiplicidade de espécies animais e vegetais de cada estado brasileiro. Finaliza a sua explanação chamando a atenção para os impactos socioambientais de energias renováveis no Nordeste, em especial das usinas eólicas, que geram o deslocamento de populações. Na sequência, o moderador da mesa convidou os participantes para fazerem questionamentos/perguntas para os integrantes da mesa: um problema que se enfrenta nos territórios é a articulação entre movimentos sociais e organizações da sociedade civil como um todo; não apenas se de discutir a realidade e demandas das juventudes rurais, mas também das pessoas idosas do campo, que apresentam demandas próprias de sua realidade; Em quais outras ações do governo as juventudes rurais podem ser inseridas? Como se daria a inserção da juventude rural no processo de execução do PAS Nordeste? É preciso ter a compreensão de que as tecnologias sociais que já se encontram nos territórios devem ser revitalizadas, não somente replicadas. Nos quintais produtivos, por exemplo, se mantêm as memórias ancestrais. Há uma alegria por parte do público em vir até Brasília e sentir que há uma escuta por parte do governo. As organizações da sociedade civil tendem a entrar em confronto na medida em que as políticas públicas começam a chegar nos territórios. O PAS é uma ferramenta fundamental na organização do PAA e PNAE a nível territorial. Em contrapartida, o Plano Safra segue sendo desafiador, pois os seus moldes continuam inadequadas para a Agroecologia e a agricultura familiar como um todo. O fortalecimento dos territórios depende da organização a nível municipal; Qual seria a estratégia ou ação proativa podem ser implementadas nos territórios para que não

sejam mais iniciativas implementadas de fora para dentro? Isto é, que ações proativas estão sendo pensadas para dinamizar as iniciativas já existentes nos territórios no âmbito do Projeto Dom Helder e PAS Nordeste? O programa tem alguma integração com as políticas de regularização fundiárias dos estados? Segundo o TCU hpa uma sobreposição de recursos destinados aos assentamentos em função do programa Dom Helder. Como cotornar isso? Encerrado as contribuições dos participantes, o moderador da mesa, concedeu a fala para os integrantes da mesa fazerem suas considerações finais respondendo aos questionamentos/perguntas feitas pelo plenário, o primeiro a falar, foi o Secretário Moisés Savian da SFDT, que esclareceu sobre a proposta de regularização fundiária, que o governo está investindo na proposta de regularização fundiária federativa, a partir da criação de um sistema federativo de regularização fundiária; em seguida, esclareceu que o PDHC II já foi auditado pelo TCU, e, que o recurso do PDHC III é um recurso orçamentário, que já está no orçamento, mas que é de uma fonte internacional; sobre as atividades mobilizadoras nos territórios, esclareceu, que as atividades do PDHC III começa nos territórios, que a estratégia é implementar as ações a partir dos territórios; o território é o espaço legítimo do PDHC III; tem as parcerias com as EFA's e as Casas Familiar Rural para execução das ações do PDHC III. Em seguida, Maria da Glória Araújo da ASA, agradeceu a todos/as, ressaltou que quando se fala em Povos e Comunidades Tradicionais, se tem uma visão preconceituosa, como um povo que não se cria; que o povo camponês é criativo, e preciso ser reconhecido na construção e relação da Ater na perspectiva da construção coletiva do conhecimento; citou que a Caderneta Agroecológica foi criada pelo CTA de Minas Gerais, uma organização não governamental, como uma valorização da produção da mulher e do mundo subjetivo da vida das mulheres, que vai para além da renda das mulheres; finalizou, ressaltando a importância do diálogo entre sociedade civil e Estado, e que devemos lutar por um Brasil justo, com produção de alimentos saudáveis, mas com democracia. Na sequência, o Secretário Renato Simões da SG/PR, mencionou que o PAS é um programa que vai sobreviver por dois anos, e que é possível planejar para um tempo maior, que as equipes irão trabalhar no projeto por 2 anos; ressaltou que não há uma política territorial no governo, o que gera um alinhamento pouco democrático nos territórios; tem demonstrar para o governo que os indicadores das políticas públicas são melhores quando há participação social; vai ter mais juventude quanto mais se conseguir envolver a juventude no debate; será realizado feito uma experiência diferente, pois todos os Ministérios pobres procura as universidades por múltiplos arranjos, nos 53 territórios, que é o programa de extensão universitária, onde terá a participação de docentes das universidades e representantes dos movimentos sociais, com recursos para custear bolsas e atividades nos territórios, e no final todos terão que apresentar as propostas para o PAS Nordeste. Logo em seguida, Humberto Oliveira do IICA, ressaltou a importância das políticas públicas com gestão social; mencionou que é preciso fazer a partir do diálogo, entre o governo federal e governos estaduais; a política territorial deu um salto, contudo, mesmo na Bahia alguns territórios não avançaram; fez um apelo para que todos os participantes, estejam mais

presentes nos colegiados territoriais; citou, que terão que fazer a Rede de Ater com todos, pois as prefeituras fazem Ater, o Senar faz Ater; citou que apenas 7% da agricultura familiar conta com serviço de Ater; finalizou, ressaltando que a primeira proposta é elaborar o Plano Safra Territorial, para melhorar a qualidade do crédito, pois as mudanças começam nos territórios. E por último, Mazinho da RNCT, destacou a importância do Plano de Desenvolvimento Regional, que é uma ferramenta importante e daí a importância de se ter um colegiado; mencionou que para fortalecer os colegiados é preciso ter um quadro diretivo qualificado; para formar o núcleo diretivo do colegiado; finalizou ressaltando a importância da participação da SG/PR na construção do PAS Nordeste para os territórios, não ficando somente com o MDA. Na sequência, o Secretário Executivo do Condraf, concedeu espaço para duas representantes do Movimento de Mulheres Negras: Kátia Vieira (RJ), e Thanisia Cruz para fazerem um informe sobre a segunda Marcha das Mulheres Negras, que será realizada em 25 de novembro de 2025. Durante, o informe, ressaltaram que é impossível formular políticas públicas sem pautar o racismo; que a população negra representa 55% da população brasileiras, enquanto as mulheres negras representam 28% da população brasileira. Encerram o informe, solicitando ao Condraf apoio para a divulgação e mobilização para a segunda Marcha das Mulheres Negras, pois compreendem que a pauta da agricultura familiar atravessa diretamente as mulheres negras. Para finalizar o segundo dia de reunião, procedeu-se a mesa **5. Projeto da Terra à Mesa: Formação e estruturação produtiva para a promoção da transição agroecológica visando a produção de alimentos saudáveis pela agricultura familiar e suas organizações**. O Secretário Executivo do Condraf, convidou para fazer parte da mesa os seguintes representantes: Vanderley Ziger – Secretário Nacional da Agricultura Familiar e Agroecologia (SAF/MDA); Joelma Melo da Silva - Coordenadora-Geral do Departamento de Inovação para Produção Familiar e Transição Agroecológica da SAF; e duas representantes de organizações da sociedade civil do Condraf: Alexsandra Maria da Silva do SERTA; e, Sandra Nespolo Bergamin, da Unicafes. Para moderar a mesa, convidou Tatiane Paulino Bezerra, representante do MAB, passando em seguida para a mesma a condução da respectiva mesa. A moderadora da mesa, convidou primeiramente para fazer uso da palavra, o Secretário da SAF, Vanderley Ziger, que agradeceu gentilmente o convite realizado pela equipe do Condraf. No início de sua exposição (disponível no Drive), salientou que o Ministro Paulo Teixeira tem uma grande preocupação com a dificuldade de acesso das famílias agricultoras ao Pronaf. Com isto, foi formulado e lançado o edital do programa Da Terra à Mesa, fundamentado no MROSC. A seguir, exibe uma apresentação de Powerpoint onde constam os seguintes dados sobre as propostas submetidas ao edital de seleção: 73 propostas apresentadas; 63 propostas analisadas; 55 classificadas; 10 aprovadas. Na sequência, prossegue para a exibição dos dados relativos aos termos de fomento celebrados. Tais instrumentos foram celebrados com organizações da sociedade civil das cinco regiões do país, com algumas delas abrangendo dois ou mais unidades federativas. Em sequência expõe o objetivo geral do programa, sendo este “execução de projetos voltados à formação e

estruturação produtiva para a promoção da transição agroecológica visando a produção de alimentos saudáveis pela agricultura familiar e suas organizações”, além de seus objetivos específicos; disserta sobre os beneficiários do programa - agricultores e agricultoras familiares e suas organizações econômicas residentes no meio rural, urbana e periurbano que possuam DAP ou CAF ativo; elenca os eixos do programa (estruturação produtiva, assessoria técnica formação e capacitação) e os seus temas principais e transversais. Por fim, informa que haverá um edital especial para o semiárido brasileiro já no mês de junho (mais tarde em julho), cuja fonte de recursos será a Garantia Safra, o que permitirá um aporte mais robusto. Na sequência, o Secretário Vanderley Ziger, passou a fala à Coordenadora de Transição Agroecológica da SAF, Joelma Melo da Silva, que esclareceu que as diferenças de valores considerando as regiões e a quantidade de Estados atendidos por propostas; reforçou a priorização de 50% de mulheres, e a participação de jovens e povos e comunidades tradicionais. Em seguida, citou que 100 propostas foram enviadas, e somente 73 foram cadastradas no TransfereGov; esclareceu que está sendo criado um site somente para o cadastro de proposta, e depois para celebração e execução todas as propostas irão para o TransfereGov; por último, mencionou que foi reduzido o tempo de experiência em execução de projetos de 3 anos para um ano, contudo, o tempo de existência da instituição permanece o mesmo; e, que será realizada uma live no dia 5 de junho para apresentar o passo a passo para cadastrar as propostas no sistema. Na sequência, a moderadora da mesa passou a fala para Alexsandra Maria da Silva do SERTA, que começou destacando que não acredita em transição agroecológica e produção no campo sem Ater; que a retomada dos programas é um elemento muito importante, contudo, frisou que ainda é pouco, citando o exemplo do Estado de Pernambuco que teve somente duas propostas aprovadas; manifestou preocupação com alguns elementos do Projeto da Terra à Mesa apresentado pelo Secretário Vanderley Ziger, afirmando que só é possível ter resultado com educação agroecológica; apontou, que há dificuldades para implementar os quintais produtivos, pois é preciso empoderar as pessoas; citou, que sem a formação dos 100 agentes de Ater não teriam conseguido alcançar as metas; por último, mencionou que é preciso representar os percentuais que são destinados para a execução dos projetos. Na sequência, a moderadora da mesa, convidou para fazer uso da palavra Sandra Nespolo Bergamin da Unicafes, que iniciou sua fala trazendo à tona o fato da concretização do programa ser muito difícil se não houver uma efetiva integração entre distintas iniciativas/programas de nível estadual e federal, em especial no que tange o eixo temático de formação e capacitação. Em seguida, mencionou como exemplo o edital do Programa Quintas Produtivos, cuja vertente de formação ficou por conta das entidades convenientes. Com isto, sublinhou que é importante pensar os aspectos qualitativos dos processos de formação e organizativos, pois sustenta a tese de que os projetos são passageiros – o que demandaria uma real emancipação das/os agriculturas/os participantes. Destacou ainda que, infelizmente, a difusão e consolidação de modelos agroecológicos são prejudicados pelo modelo predatório de monocultura, o que se reflete inclusive nos espaços da Ater. Nesse sentido,

mencionou que o suporte para a transição agroecológica deve se dar não apenas no âmbito da assessoria técnica, mas também no acesso a insumos. Entretanto, sustentou que o simples acesso a maquinaria e ao conhecimento técnico não necessariamente significam a consolidação de um novo paradigma de produção agrícola. Partilhou de uma sensação partilhada pelas organizações sociais ligadas ao cooperativismo e associativismo, de que há uma grande frustração generalizada, pois os editais individualizam o setor de cooperativas e fomenta uma lógica de competição. Ressaltou, que seria importante, pensar um outro modelo de acesso ao recurso público que fomentasse a colaboração e potencializasse as iniciativas territoriais. Na sequência, a moderadora da mesa, abriu para as inscrições dos participantes fazerem contribuições/perguntas, conforme segue: o edital da Terra a Mesa está aberto somente para entidades da Sociedade Civil? Ou está aberto também para o poder público? O edital do Programa da Terra a Mesa precisa ser ajustado, e desburocratizado, visando ampliar a participação das entidades da sociedade civil; o Programa da Terra a Mesa é uma grande inovação de apoio as organizações de base; o percentual de 40% de recurso destinado para assessoria das famílias é insuficiente, principalmente para atender aquelas que residem distantes dos centros urbanos; os projetos são realmente pensados para as entidades da sociedade civil? É preciso repensar os editais. Finalizado as intervenções dos participantes do plenário, a moderadora devolveu a fala para a mesa fazer suas condições em resposta aos questionamentos apresentados, começando pelo Secretário Vanderley Ziger, que iniciou agradecendo as colocações dos/as intervenientes. Reconhece que os recursos alocados ao programa são insuficientes, visto que a expectativa inicial era o dobro. Segue discorrendo sobre as vantagens de se publicar um edital fundamentado pelo MROSC, pois isso representa a injeção direta de recursos nas organizações da sociedade civil, ao contrário dos Termos de Execução Descentralizada. Em sequência, faz uma análise minuciosa da composição das despesas implicadas na execução dos projetos aprovados, a partir da qual conclui que atualmente os recursos destinados ao programa são insuficientes. Dito isto, enfatiza a importância de se reconhecer os erros operacionais cometidos no primeiro edital para a melhora do segundo. Encerra a sua fala sugerindo que houvesse maior veemência por parte das OSC para que os programas sejam operacionalizados por meio de editais fundamentados pelo MROSC ao invés de TEDs, pois isso significa uma maior autonomia para as entidades do terceiro setor. Logo depois, devolve a palavra à Joelma Silva, que relembra que há um e-mail específico para o envio de dúvidas sobre o edital. Reforça a posição do secretário Ziger acerca dos limites do edital, que não é capaz de responder a todas as demandas da sociedade civil. Prossegue falando sobre os Núcleos de Estudos de Agroecologia (NEAs), iniciativas apoiadas pela SAF. Em seguida, a Secretária de Mulheres da Unicafe, Sandra Bergamin, reafirmou que o programa ilustra a firmeza ideológica e o compromisso político da SAF e do MDA com a transição agroecológica. Se coloca, em nome dos movimentos sociais, à disposição deste processo de transição agroecológica. E por último, Alessandra Silva do SERTA, encerrou a mesa agradecendo a iniciativa do Condraf e

ao espaço de debates. Pede gentilmente ao secretário que tenha em conta que os programas são voltados para as famílias em maior vulnerabilidade, pelo que é preciso repensar o suporte ofertado pela SAF aos 10 projetos aprovados no primeiro edital. **6. Informes.** O Secretário Executivo, Samuel Carvalho, convidou para fazer a moderação coletiva da mesa, Jaime Conrado da Cáritas, em seguida apresentou a pauta que será trabalhada no dia 30 de maio de 2025, em seguida, procedeu com os informes, iniciando com o **GT do Plano Safra da Agricultura Familiar**; convidando para fazer a apresentação a chefe da Assessoria de Participação Social e Diversidade do MDA, Sandra Kennedy, que falou sobre a criação e funcionamento do Grupo de Trabalho do Plano Safra da Agricultura Familiar (apresentação disponível no Drive), destacando o processo de construção do respectivo GT que ocorreu em conjunto com outros colegiados (CONSEA, CENAPO, CNES), e, lembrou da oficina realizada nos dias 21 e 22 de maio de 2025, no formato presencial e online, para construção de propostas para o Plano Safra 2025/2026. Na sequência, o Secretário Executivo, Samuel Carvalho, convidou para fazer o informe sobre o **Plano Clima (Adaptação e Mitigação)**, Maurício Polidoro do DAMEI, que em sua fala, destacou que o Plano Clima está estruturado em três estratégias, adaptação, mitigação e transversal. O Plano de Adaptação recebeu contribuições da sociedade civil, da plataforma Brasil Participativo e da Conferência de Meio Ambiente; e, que foi acolhido as contribuições da pesca e aquicultura; mencionou que até quarta-feira (4 de junho de 2025) será o prazo para a devolutiva das secretarias sobre o Plano Clima; e dia 16 de junho de 2025 será entregue a versão final do Plano Clima de Adaptação; a outra estratégia é a mitigação dentro da agricultura e pecuária, que é liderado pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), e, lembrou que em abril foi realizado uma oficina sobre o Plano Clima de Mitigação, e na próxima semana será entregue uma versão para o Condraf; por último, lembrou que no mês de junho será disponibilizado para consulta na plataforma do Brasil Participativo. Na sequência, Jaime Conrado, deu início os Informes dos Comitês Permanentes do Condraf, convidando para fazer o informe do **Comitê Permanente de Povos e Comunidades Tradicionais**, o Secretário Edmilton Cerqueira, que fez uma breve menção às melhoras nos indicadores de segurança alimentar que se verificaram nestes três anos de mandato; sublinhou a importância da criação da Secretaria de Territórios e Sistemas Produtivos Quilombolas e Tradicionais (SETEQ) como uma forma de reconhecimento da importância e protagonismo dos 28 PCTs na agricultura familiar. Reafirmou a importância da participação social dos povos e comunidades tradicionais, o que pode se concretizar no âmbito da Conferência Setorial de Povos e Comunidades Tradicionais, para a qual precisa haver delegados/as de todo o país. Em seguida, passou a palavra para Naryanne Cristina Ramos Souza, Coordenadora-Geral de Identificação, Mapeamento e Proteção Territorial de Comunidades Quilombolas e Povos e Comunidades Tradicionais da SETEQ, que mencionou a existência de um grupo de trabalho no CPCT focado na temática da segurança alimentar; uma comissão organizadora da Conferência Setorial de Povos e Comunidades Tradicionais; um grupo de trabalho focado na juventude dos PCTs, que elaborou um

questionário cujo objetivo consiste em captar as preocupações, emergências e demandas das juventudes brasileiras, de modo a garantir que este segmento da sociedade tenha voz ativa na COP30. Na sequência, procedeu-se a apresentação do informe do **CP de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater)**, realizado por Regilane Fernandes, Coordenadora-Geral de Formação, Construção do Conhecimento e Fomento à Ater do DATER, que, fez uma breve retrospectiva das atividades realizadas pelo CP nos últimos meses. Inicia a sua fala chamando a atenção para o fato de que o CP deveria ter realizado uma reunião para tratar do marco de regulação da formação de técnicos de ATER, mas tal atividade não foi possível devido à incompatibilidade de agendas entre os seus membros. Assim que for reconvocada a reunião do CP, ela será informada, visto que está em elaboração uma nova resolução. Segue informando que é de interesse do CP a realização da Etapa Setorial de ATER, visando a inclusão da temática no âmbito da Terceira Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (3a CNDRSS). Além disso, menciona a elaboração de um edital de seleção de 54 boas práticas de ATER que não envolverá aportes financeiros, o que fez com que a CONJUR priorizasse outras pautas. Encerrou sua fala mencionando o monitoramento da PNATER, a conferência setorial de ATER, onde serão definidos encaminhamentos para a conferência nacional de maio de 2026. Logo em seguida, foi realizado o informe do Comitê Permanente de Abastecimento, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, que está sendo elaborado uma nova resolução para o regimento e composição de sua direção colegiada, que passará a ser composta por sete membros, sendo três do poder público e quatro da sociedade civil. Prossegue elencando as principais temáticas analisadas e debatidas pelo comitê permanente, sendo estas: o monitoramento dos preços da cesta básica; as emergências climáticas; entraves para o abastecimento da agricultura familiar; compras públicas; o monitoramento do Plano Safra. Em seguida, para apresentação do **Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural**, (disponível no Drive), foi convidada a Coordenadora-Geral de Juventude, Maria Eduarda Vasconcelos, que iniciou sua fala destacando o histórico de construção do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural, o cronograma de atividades do Plano, a criação do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), a participação de 16 ministérios; ressaltou que o Plano tem 6 eixos temáticos e que estão organizando o processo de instalação do Comitê Gestor para realizar o monitoramento das ações. Ainda, mencionou que o PL 9263/2017, de autoria do deputado Federal Patrus Ananias, foi aprovado nesta semana na Câmara dos Deputados, e será encaminhado para votação no Senado, o que considerou como um grande avanço para a pauta da juventude rural. Por último, citou que estão dialogando com os Estados para adesão ao Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural. Em seguida, convidou para fazer o informe sobre a **Conferência Setorial de Juventude Rural**, Oscar Alan Gomes dos Santos, que iniciou dizendo que conferência terá 150 participantes, e será realizada nos dias 12 e 13 de junho de 2025, na cidade de Recife – PE, onde serão eleitos 50 delegados e delegadas; e, que a professora Elisa Guaraná escreveu um documento base para contribuir com a

conferência de juventude. O informe do **Comitê Permanente de Pesquisa e Inovação**, foi realizado por Zaré Augusto Brum Soares da SAF, que iniciou ressaltando a importância do lançamento do Programa de Pesquisa e Inovação para a Agricultura Familiar e Agroecologia, criado por decreto assinado pelo presidente Lula em dezembro de 2024. O programa em questão cria instrumentos e diretrizes que posicionam as comunidades e organizações da agricultura familiar como protagonistas na produção de conhecimento, tecnologias e inovações, em especial porque estas populações são histórica e sistematicamente excluídas do sistema nacional de inovação no âmbito da agricultura. Os objetivos para 2025 consiste em concretizar a política, criando uma governança e possibilitando uma apropriada alocação de recursos. Citou, que no momento está sendo elaborado uma portaria interministerial (em análise pelo CONJUR dos ministérios envolvidos) que estabelece os procedimentos necessários para que se garantam recursos do CTAGRO para a viabilização da política. Em parceria junto ao Ministério de Ciência e Tecnologia e Conab, o MDA estabeleceu quatro prioridades no âmbito da Pesquisa e Inovação para a Agricultura Familiar: i) produção e desenvolvimento máquinas agrícolas, ii) bioinsumos; iii) digitalização da agricultura familiar; iv) sementes crioulas. Nesse sentido, reforça a importância para que o Condraf esteja atento a elaboração de um novo marco regulatório para pesquisa e a inovação voltada à agricultura familiar. Finalizou afirmando, que é a partir do avanço da incidência política que será possível consolidar um modelo de governança que assegure os recursos necessários para a viabilização da política. Na sequência para fazer o informe sobre o **CP de Assuntos Internacionais (CPAI)**, foi convidado o senhor Igor Teixeira, da Assessoria Internacional do MDA, que iniciou a apresentação (disponível no Drive) elencando as atividades realizadas pelo respectivo comitê, destacando a realização do G20 no Rio de Janeiro em 2024, os BRICS, e a Década da Agricultura familiar que termina em 2028, destacando que, se não conseguir fazer o lançamento do Plano Nacional da Década da Agricultura Familiar junto com o lançamento do Plano Safra 2025/2026, será lançado nos próximos meses. Finalizando, com a agenda de seguimento na área internacional: G20 África do Sul; Pre COP e COP 30; PPTB REAF Mercosul; CELAC; 2 Conferência internacional de Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural CIRAD+20. Em seguida, procedeu-se o informe sobre o **CP de Educação, Cultura e Arte do Campo, das Águas e das Florestas (CPECAF)**, que foi realizado por Estela Zeverino da SFDT, que iniciou ressaltando que o CPECAF aprovou o Regimento Interno e Plano de Trabalho; mencionou que em Santa Catarina a Secretaria de Educação mandou fechar 12 escolas do campo. O MEC lançou o PRONACAMPO com ações territorializada; estão construindo de forma participativa um Programa Nacional de Cultura do Campo, das Águas e das Florestas, que está sendo formalizado um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre MDA, INCRA e MINC. E como parte desse processo, estão organizando um seminário em agosto de 2025, que reunirá representantes e atores envolvidos na temática, com o objetivo de coletivamente definir as diretrizes iniciais da proposta. Citou ainda, que estão desenvolvendo, em parceria com o Ministério da Cultura (MINC), propostas de editais

que poderão ser utilizados pelos municípios para viabilizar o acesso à Lei Aldir Blanc. Destacou que a iniciativa surgiu diante das dificuldades relatadas por coletivos culturais municipais, que enfrentam obstáculos na implementação do orçamento devido à falta de editais específicos e de equipe técnica para elaborá-los. Para isso, o CPECAF criou dois grupos de trabalho responsáveis pela elaboração dessas propostas, que serão disponibilizadas aos municípios pelo MINC. E estão traçando estratégias de mobilização com os Estados para publicarem os Editais via PNAB local. Em seguida, foi realizado o informe do **CP de Cooperativismo, Agroindústria e Inclusão Sanitária**, por Fabiano Oswald, que no primeiro momento informei que os temas do cooperativismo e agroindústrias foram unificados dentro do comitê, tendo a sua direção colegiada composta por 42 membros, sendo 25 da sociedade civil e 17 do poder público. Em seguida elencou as ações de preparação das cooperativas para o acesso ao crédito, como o Mais Gestão (financiado com R\$ 20 milhões), a elaboração de editais fundamentados pela Lei 13.019/2014 (MROSC) como resultado das demandas das próprias cooperativas e das centrais de cooperativas. Por fim, discorre sobre as estratégias para o desenvolvimento das agroindústrias e de inclusão sanitária em parceria com o Banco do Brasil, Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Parnaíba e Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e finaliza de fato a sua fala socializando a informação de que o comitê pretende organizar entre os meses de agosto e setembro um encontro das cooperativas da agricultura familiar. Para realizar o informe sobre a **COP 30**, foi convidado o Chefe da Assessoria Especial do Gabinete do Ministro, Eric Moura, que iniciou sua fala mencionando que foi estruturado um grupo de trabalho que se reúne todas as segundas-feiras às 18h para tratar dos temas da COP 30. Antes da COP 30 serão realizados inúmeros eventos, dentre os quais uma conferência temática intitulada “As contribuições da agricultura familiar na COP30” no âmbito do Condraf. A ideia inicial era que a conferência fosse realizada em Belém, mas devido à inflação de preços de alimentos e imobiliários, não será possível realizar o evento da cidade-sede da COP30. Sobre o tema dos alimentos fornecidos ao evento, informa que há uma interlocução com a empresa vencedora da licitação que fornecerá os alimentos à COP30. A ideia é que parte dos alimentos seja oriundo da agricultura familiar. Além disso, pretende-se montar uma feira com produtos da agricultura familiar na Zona Verde, priorizando produtores/as e produtos da Região Amazônica. Também mencionou que, dada a superlotação prevista, há uma limitação rígida no número de pessoas que poderão ser convidadas pelo governo federal. Finalizando o período da manhã, o moderador da mesa convidou para fazer o informe sobre o **Imposto Territorial Rural (ITR)**, João Daldegan do Sindicato Nacional dos Peritos Federais Agrários, iniciou a apresentação sobre a situação do ITR (disponível no Drive) destacando os marcos regulatórios, os problemas na aplicação, demonstrou dados que comprovam a contradição de arrecada entre o ITR e IPTU; elencou que o problema da baixa arrecada do ITR está na fiscalização, apontando que o MDA/INCRA podem ajudar para a solução; apresentou também uma proposta de atuação a partir do uso dos dados de VTN/A do INCRA pela RFB como base de

cálculo para o ITR; encerrou o informe convidando o Condraf para se juntar a proposta de discussão sobre o ITR. E na sequência, o representante da Rede Ater Nordeste, Clérison dos Santos Belém, realizou o informe sobre o **13º Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA)**, que estará com inscrições abertas de 30 de maio até 1º de julho de 2025 para submissão de trabalhos. O 13º será realizado em Juazeiro, na Bahia de 15 a 18 de outubro de 2025, e todos e todas estão convidados a participarem. Finalizado os informes, procedeu-se a **7.Pauta Deliberativa:**

1.Homologação/revalidação de territórios rurais encaminhados pelo Comitê Permanente de Desenvolvimento Territorial. Estela Zeverino da SFDT, relembrou a estratégia da retomada dos territórios rurais, e de como a SFDT conseguiu realizar uma articulação junto às lideranças locais para homologar 152 territórios. A seguir, apresentou a proposta do Comitê Permanente de Desenvolvimento Territorial (CPDT), conforme Processo Nº 55000.012046/2024-49, para revalidação da homologação de 11 territórios, sendo eles: Chapada dos Veadeiros (GO), Norte Goiano (GO), Vale do Rio Vermelho (GO) e Vale do São Patrício (GO); Campos e Lagos (MA), Cocais (MA) e Lençóis Maranhenses/Munin (MA); Açú-Mossoró (RN) e Sertão do Apodi (RN); Madeira Mamoré (RO); Baía de Ilha Grande (RJ). Na sequência, Samuel Carvalho, leu a lista de municípios que compõem cada um dos 11 territórios apresentados. Não havendo questionamentos sobre a proposta do CPDT para revalidação da homologação dos 11 territórios rurais/municípios abrangidos, a proposta foi colocada em votação, sendo aprovada por unanimidade.

2.Novo mandato do Condraf: recondução das organizações / novo edital. O Secretário Executivo do Condraf, Samuel Carvalho, esclareceu que o mandato do Condraf é de 2 anos, que será preciso realizar novo processo de recondução das organizações para o novo pleito do conselho, considerando que devido a realização da 3ª CNDRSS, não será possível realizar processo eleitoral através de publicação de edital, sendo necessário discutir a proposta de recondução do mandato das organizações por mais dois anos. Em seguida, Jaime Conrado da Cáritas, ressaltou que na reunião do segmento da sociedade civil foi realizada discussão sobre a composição do conselho, e que estão de acordo com a proposta de recondução das organizações. Na sequência, abriu a fala para os conselheiros/as trazerem contribuições para a discussão, sendo registro apenas um questionamento: os representantes das organizações serão substituídos ou serão os mesmos? A mesa respondeu o questionamento apresentado, ponderando que é importante as entidades não perderem de vista que se houver substituição de representantes deverá ser respeitado o mínimo da paridade de gênero. Não havendo mais questionamentos, a proposta de recondução do mandato do Condraf por mais dois anos, até junho de 2027, foi colocada em votação, sendo aprovado por aclamação pelo pleno do conselho.

3.Apreciação da proposta de calendário da 3ª CNDRSS. O moderador da mesa e membro da mesa-diretora, Jaime Conrado, relatou como se deu a decisão sobre a alteração do calendário da 3ª CNDRSS, esclarecendo que a realização da etapa nacional em outubro não permitiria a realização de um processo de mobilização amplo e participativo, com uma especial preocupação dos

movimentos sociais quanto aos prazos. Na sequência, Samuel Carvalho enfatizou que a falta de recursos orçamentários foi a principal barreira na concretização do calendário previsto inicialmente. Ressaltou ainda, que a realização da conferência em ano eleitoral pode representar uma oportunidade para se pautar as temáticas subjacentes à agricultura familiar numa conjuntura política de disputa eleitoral e ideológica. Na sequência, procedeu a apresentação da proposta do novo calendário da 3ª CNDRSS: **Etapas** **1** – Setoriais, Temáticas, Livres e Etapa Digital, de maio a dezembro de 2025; **Etapas** **2** - Municipais, Intermunicipais e Territoriais, de maio a setembro de 2025; **Etapas** **3** - Estaduais e Distrital, de outubro a dezembro de 2025; **Etapas** **4** - Conferência Nacional, final de março de 2026; **Etapas** **5** - Consolidação da Agenda Estratégica, de abril a maio de 2026. Após apresentação do novo calendário da 3ª CNDRSS, abriram-se as falas para os/as conselheiros/as, que fizeram as seguintes contribuições: a mudança no calendário foi uma decisão mais do que correta, visto que não haveria tempo hábil para mobilizar a base dos movimentos sociais nos territórios; existe a preocupação com o boicote e/ou desinteresse de governos estaduais e municipais com relação a realização das etapas da conferência; alertaram sobre a urgência da disponibilização do Documento de Referência; lembraram a importância de se realizarem as etapas municipais e estaduais para validação dos espaços de representação; reforçaram a necessidade de se disponibilizarem recursos para a realização das etapas territoriais; reafirmaram a necessidade de articulação do MDA com as Superintendências Estaduais, visto que há representações da pasta que apresentam pouco engajamento com as conferências estaduais; questionaram se os comitês permanentes terão delegados nas conferências. Após as falas dos/as conselheiros/as, o Secretário Executivo do Condraf, Samuel Carvalho, agradeceu as intervenções e esclareceu sobre a falta de dotação orçamentária do governo federal para a realização das conferências estaduais, reforçando a importância do engajamento das Superintendências Estaduais no processo de realização das conferências nos Estados; sobre os comitês permanentes, esclareceu que ainda é possível propor alteração no regimento interno da 3ª CNDRSS, no que tange a possibilidade de eleição de delegados nas Conferências Setoriais, mas que tal alteração deverá passar pela Comissão Organizadora Nacional. Não havendo mais questionamentos, a proposta do novo calendário da 3ª CNDRSS foi colocada em votação, sendo aprovada por aclamação pelo pleno do conselho. **4.Subcomissão de Mobilização - 3ª CNDRSS.** Para a composição da Subcomissão de Mobilização, foi apresentado os nomes das seguintes organizações: Sociedade civil: UNISOL, FASER, EQUIP, PJR, Cáritas Brasileira, Rede Ecovida, e RNCT; Poder Público: Secretaria-Executiva MDA, Minc e ASPAD. Não havendo nenhuma posição contrária a proposta de indicação dos nomes das 10 organizações para composição da Subcomissão de Mobilização da 3ª CNDRSS, a proposta foi colocada em votação, sendo aprovada por aclamação pelo pleno do conselho. **8.Apreciação de Moções e Recomendações do Condraf.** O Secretário Executivo do Condraf, Samuel Carvalho, procedeu a leitura das moções e recomendações (documentos disponíveis no Drive) na seguinte ordem: **1)** Moção de

Repúdio à Pulverização Aérea de Agrotóxicos por meio de Drones; **2)** Moção de Repúdio à Aprovação do PL 2159/2021 (“PL da Devastação”); **3)** Moção em Defesa das Escolas do Campo; **4)** Moção de Repúdio à Terceirização da Alimentação Escolar; **5)** Recomendação do Condraf nº 02, de 30 de maio de 2025 sobre a Alimentação na COP 30. Após a leitura de todas as moções e acréscimo de sugestões dos conselheiros/as para cada moção lida, a moderação da mesa incorporou as contrições nos documentos. Não havendo mais questionamentos, após a leitura e apreciação das moções e recomendação, as mesmas foram colocadas em votação, sendo aprovadas por aclamação pelo pleno do conselho. No final da reunião, foi apresentado proposta de **Carta de apoio a Contag**. Para elaboração da carta foram indicados os conselheiros/as Maria da Aparecida Geffer-Iceffas; Daniela Carneiro Máximo de Oliveira - Rede Ecovida, e Idalgizo José Monequi – Unefab. No final da reunião do Condraf, foi apresentada a proposta de Carta de apoio a Contag, que foi lida e colocada em votação, sendo aprovada por aclamação pelo pleno do conselho.

9.Outros Encaminhamentos da Reunião Ordinária: os conselheiros apresentaram a seguinte sugestão de pauta para a próxima reunião do Conselho: **a)** discussão sobre a pesca artesanal (convidar o secretário da Secretaria Nacional de Pesca Artesanal); **b)** proposta de criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial; **c)** discussão sobre abastecimento alimentar (convidar a Secretaria de Abastecimento do MDA). Não havendo mais nada a tratar, deu-se por encerrada a 7ª Reunião do Condraf.